

Por um pacto entre democratas

4 SET 1987

J. A. GUILHON ALBUQUERQUE

FOLHA DE SÃO PAULO

anc p.3

Pouco se pode esperar, todos sabemos, da iniciativa governamental, para conduzir a nação para fora do atoleiro de crises superpostas em que nos encontramos. Diante de nossos olhos, o descrédito na política e nos políticos vai aos poucos minando a confiança da sociedade nas instituições democráticas.

Este não é o local apropriado para uma análise mais aprofundada do sistema partidário mas, por um lado, o inchaço do PMDB e, por outro, a dificuldade de consolidação dos pequenos partidos, e a proliferação das siglas de aluguel, não deixam dúvidas quanto à pouca contribuição do sistema partidário para a transição. As iniciativas positivas de entendimento interpartidário, que ocorrem na Constituinte, tiveram que passar ao largo das direções partidárias, incapazes de deslindar-se das disputas conjunturais.

O maior partido, o PMDB, hoje dominante em todos os níveis, encontra-se dividido, mas não entre correntes que representem estratégias de governo diferentes; mas sim entre pretendentes rivais —sendo um deles o pretendente máximo, ao longuíssimo interinado de cinco ou seis anos. Diferentes estratégias podem-se acomodar, assim como podem-se conciliar correntes adversárias, o que não ocorre com rivais numa mesma sucessão. Longe de ser, como deveria, o fator central de consolidação da democracia, o PMDB é hoje fonte de crise permanente.

Quanto aos movimentos sociais, seu caráter pontual e particularista, hoje visível nas reivindicações corporativas que infestam a Constituinte, tolhe de modo dramático seu raio de alcance para influir no processo de democratização. O próprio movimento sindical, dividido em táticas inconciliáveis, não consegue assumir a liderança que lhe compete, mesmo

na área estritamente constitucional que lhe diz respeito diretamente. É difícil imaginar o movimento sindical brasileiro na vanguarda do processo de transição, embora seja um fator absolutamente inescapável de qualquer pacto político democrático.

Diante desse quadro, a via que parece urgente e indispensável é a de instaurar o equilíbrio no sistema de poder na Nova República, em que o sistema representativo continua, como no regime autoritário, totalmente atrofiado em seu corpo e desmesurado em sua cabeça executiva presidencial. É preciso articular um poder capaz de conter os poderes imperiais da Presidência da República e do seu "entourage". À mercê de consorciamentos da coisa pública e de aventuras plebiscitárias.

Trata-se de buscar uma força disposta a se opor ao neo-autoritarismo preservado na estrutura de poder da Nova República, e capaz de contê-lo com eficácia. Mas se trata de uma força institucional a construir, e não do poder de uma figura ou liderança isolada, por mais simbólica que seja de nossas lutas do passado.

Essa força não é a Aliança Democrática, nem apenas o PMDB. Pela aliança que constituem, ambos são hoje empecilhos às bandeiras permanentes da luta contra o autoritarismo nos últimos vinte anos: a democracia, o crescimento sem distorções e a justiça social. Tanto a Aliança Democrática quanto parte do PMDB —sobretudo, mas não somente, o chamado Centro Democrático— contém, em sua composição, setores que colocam seus interesses imediatos acima, e até contra, a consolidação do regime democrático; bloqueiam qualquer política de estabilidade sem recessão e de crescimento com controle inflacionário, pois isso implicaria uma austeridade que restringiria o negociismo em que se

locupletam, e em que baseiam o consorciamento do poder de que são condôminos; e se opõem a quaisquer medidas redistributivas consequentes.

Os governadores têm uma enorme influência a favor, mas têm demonstrado pouca autonomia —certamente inferior do que aquela conquistada pelos governos de oposição eleitos em 1982— quando se trata de contrariar as veleidades imperiais da Presidência.

Resta, portanto, a alternativa de um novo pacto, em torno de um programa de democratização comum às correntes que lutaram vinte anos contra a ditadura e aos que aderiram com firmeza a essa luta. Basicamente, esse programa deveria prever: apoio decidido aos entendimentos interpartidários que estão ocorrendo na Constituinte, visando a adoção de um substitutivo negociado de Carta Constitucional; a convocação de eleições presidenciais após a promulgação da nova Carta; um programa de austeridade sincera do poder público; um programa de crescimento com estabilidade, negociado entre os protagonistas econômicos e as principais forças políticas; um programa de investimentos voltados para a recuperação e a reciclagem do setor produtivo e para a extinção da miséria urbana e rural.

Um tal pacto teria como parceiros prováveis a maior parte do PMDB, incluindo, com o tempo, a maioria dos governadores, dos quais se poderia exigir coerência com as plataformas com que se elegeram; setores do PFL mais "modernos"; os partidos de "esquerda", com exceção de seus setores francamente insurreicionais e autoritários. O aparelho do Estado contaria com o apoio de grande parte dos escalões intermediários e com a neutralidade e até apoio das Forças Armadas no que diz respeito às bandeiras de austeridade

e de crescimento. Incluiria sem dificuldade as lideranças sindicais e patronais mais expressivas, e a maioria das lideranças intermediárias, embora viesse a sofrer sérios ataques daquelas habituadas a uma gestão tática do conflito industrial. Teria o apoio de parte da imprensa e a neutralidade da parte restante e, pelo menos no início, não teria adversários na mídia de modo geral.

As iniciativas isoladas —como as interpartidárias na Constituinte ou os entendimentos conduzidos pela Fiesp— precisariam ser reunidas numa grande iniciativa coberta de peso e legitimidade que, ao que parece, não partirá da direção oficial do PFL nem do PMDB. Mas poderia partir de outras lideranças nacionais históricas da antiga oposição, como o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, ou o atual governador da Bahia, Waldir Pires, ou ainda de um grupo de notabilidades políticas igualmente respeitáveis. Também poderia tratar-se de uma iniciativa conjunta de lideranças da sociedade civil, reunidas num fórum dos democratas, que adotaria um tal programa de democratização e o submeteria às lideranças partidárias.

Podem parecer patético um texto acadêmico enveredar pela receita constitucional, rousseauisticamente à guisa de "considerações sobre o governo do Brasil, e sua projetada reforma". Mais patético ainda é se encontrar no posto de vigia na ponte, constatar a rota de colisão, e manter-se de braços cruzados por puro pudor acadêmico ou temor (realístico) de não ser ouvido. Dos males o menor: o crime de falar em vão é menos irreparável do que o de calar.

JOSÉ AUGUSTO GUILHON ALBUQUERQUE, 46, é professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da USP e foi coordenador "Simpósio sobre a Transição Política: Necessariedade e Limites da Negociação".